



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

Termo de Colaboração nº 001/2018 de acordo com o Art. 22 da Lei nº 13.019

I - DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA:

Seleção de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos ou Organização da Sociedade Civil – OSCs, com a finalidade de firmar TERMO DE COLABORAÇÃO, na consecução de atividades de interesse público e recíproco configurados na execução compartilhada com o Poder Público, a responsabilidade com gerenciamento de Recursos Humanos para atender ao Programa Vida Saudável, integrado ao Ministério do Esporte – ME.

II - INFORMAÇÕES SOBRE SÃO GONÇALO:

SÃO GONÇALO - 1.025,507 (2013)

SÃO GONÇALO – 0.739 – IDH-M

População de Pessoas com Deficiência em SG - cerca de 6.500 – (2010)

São Gonçalo é um município do estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Sua população é de 1 025 507 habitantes, em 2013, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atualmente é o segundo município mais populoso do estado (atrás apenas da capital) e o 16º mais populoso do país.

A cidade apresenta muitos contrastes sociais, com déficit em equipamentos que promovam atividades de inclusão esportiva. Sendo assim, deixando de proporcionar melhorias na qualidade de vida; bem como o oferecimento de esporte como forma de lazer aos seus munícipes.

III -DESCRIÇÃO DE METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:

Serão executadas como gerenciamento de Recursos Humanos para atender os núcleos do Programa Vida Saudável, conforme Convênio nº. 818196/2018, celebrado entre a União por intermédio do Ministério do Esporte e a Prefeitura Municipal de São Gonçalo, e com base no Acórdão nº. 2588/2017 – TCU – Plenário.

IV - FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO E DE CUMPRIMENTO DAS METAS A ELE ATRELADA:

O objeto a ser contratado será referente a contratação de 01 (um) Coordenador Geral, 01 (um) Coordenador Pedagógico, 07 (sete) Coordenadores de núcleo e 21 (vinte e um) Agentes sociais (03 (três) por núcleo), por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual

V -PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO ABRANGIDO PELA PARCERIA:

Natureza Das Despesas	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Total de Despesas
1-Recursos Humanos													
1-1 Coordenador Geral (1)	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 33.600,00
1-2 Coordenador Pedagógico (1)	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00
1-3 Coordenador De Núcleo (7)	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 201.600,00
1-4 Agente Social (21)	R\$ 15.750,00	R\$ 15.750,00	R\$ 15.750,00	R\$ 15.750,00	R\$ 15.750,00	R\$ 15.750,00	R\$ 15.750,00	R\$ 15.750,00	R\$ 15.750,00	R\$ 15.750,00	R\$ 15.750,00	R\$ 15.750,00	R\$ 189.000,00
Subtotal de Recursos Humanos Mensal	R\$ 37.750,00	R\$ 37.750,00	R\$ 37.750,00	R\$ 37.750,00	R\$ 37.750,00	R\$ 37.750,00	R\$ 37.750,00	R\$ 37.750,00	R\$ 37.750,00	R\$ 37.750,00	R\$ 37.750,00	R\$ 37.750,00	R\$ 453.000,00

Natureza Das Despesas	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Total de Despesas
2- Encargos Sociais E Trabalhistas													
2.1- Décimo Terceiro - 8,33%	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 37.734,90
2.2- Férias - 8,33%	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 3.144,58	R\$ 37.734,90
2.3- Abono Férias - 2,8%	R\$ 1.057,00	R\$ 1.057,00	R\$ 1.057,00	R\$ 1.057,00	R\$ 1.057,00	R\$ 1.057,00	R\$ 1.057,00	R\$ 1.057,00	R\$ 1.057,00	R\$ 1.057,00	R\$ 1.057,00	R\$ 1.057,00	R\$ 12.684,00
2.4- Previdência Social - 20%	R\$ 7.550,00	R\$ 7.550,00	R\$ 7.550,00	R\$ 7.550,00	R\$ 7.550,00	R\$ 7.550,00	R\$ 7.550,00	R\$ 7.550,00	R\$ 7.550,00	R\$ 7.550,00	R\$ 7.550,00	R\$ 7.550,00	R\$ 90.600,00
2.5- FGTS - 8,0%	R\$ 3.020,00	R\$ 3.020,00	R\$ 3.020,00	R\$ 3.020,00	R\$ 3.020,00	R\$ 3.020,00	R\$ 3.020,00	R\$ 3.020,00	R\$ 3.020,00	R\$ 3.020,00	R\$ 3.020,00	R\$ 3.020,00	R\$ 36.240,00
2.6- PIS - 1,0%	R\$ 377,50	R\$ 377,50	R\$ 377,50	R\$ 377,50	R\$ 377,50	R\$ 377,50	R\$ 377,50	R\$ 377,50	R\$ 377,50	R\$ 377,50	R\$ 377,50	R\$ 377,50	R\$ 4.530,00
Subtotal Encargos Sociais E Trabalhistas Mensal Do 1º ANO	R\$ 18.293,65	R\$ 18.293,65	R\$ 18.293,65	R\$ 18.293,65	R\$ 18.293,65	R\$ 18.293,65	R\$ 18.293,65	R\$ 18.293,65	R\$ 18.293,65	R\$ 18.293,65	R\$ 18.293,65	R\$ 18.293,65	R\$ 219.523,80

No caso de não estar previsto algum tipo de encargo social, assim como os custos com FGTS Rescisão/Multa e Aviso, o Município montará novo Cronograma de Desembolso, e poderá realizar o repasse para a Instituição/Organização contratada.

Este documento tem por finalidade fornecer dados e informações mínimas necessárias aos interessados em participar do Chamamento Público, bem como estabelecer as obrigações da contratada sobre a qual recairá a adjudicação do certame, obrigações essa explicita na minuta do contrato a ser celebrado após a homologação do Chamamento Público para firmar o TERMO DE COLABORAÇÃO.

São Gonçalo, 11 de Setembro de 2018

PROF. JOAQUIM DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Mat. 111.103



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 25.799/2018

PARECER TÉCNICO N. 001/2018

OBJETO: Programas Voltados oDesporto/Sócioassistênciais/Saúde e fortalecimento Familiar.

PARECER TÉCNICO - JUSTIFICATIVA

Considerando o plano de trabalho apresentado pela SEMEL.

Considerando a aplicabilidade das disposições contidas na Lei n. 13.019/2014, que trata do novo regime jurídico incidente sobre a formalização de parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil.

Considerando a necessidade do município de São Gonçalo - RJ, suprir atividades concernentes ao âmbito dodesporto, assistência social e saúde.

Considerando a impossibilidade, por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente adimplidas pelo poder público local, de ofício.

Considerando que em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil – definidas pelo artigo 2.º da Lei n. 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto.

Considerando que, após análise acurada feita em âmbito local e com base no Acórdão nº. 2588/2017 – TCU – Plenário.

Passamos a apresentar as razões pelas quais entendemos relevante a formalização de instrumento de parceria perante a INSTITUIÇÃO/ORGANIZAÇÃO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Segundo se retira dos artigos 16 e 17, da Lei Federal n. 13.019/2014, pode a administração pública formalizar em favor de entidades consideradas como de organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho, senão vejamos:

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração deparcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pelaLei nº 13.204, de 2015)

DAS ANÁLISES NO PLANO DE TRABALHO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Análise do Plano de Trabalho relativamente:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada:

A proposta apresentada pela SEMEL, apresenta todos os elementos pertinentes ao Termo de Colaboração e dão clareza na execução de trabalho, podendo, por esta comissão, ser considerada apta e aprovada.

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei:

A proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público, e está contida nas diretrizes das atividades de interesse social que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por entidades membros da sociedade civil organizada.

c) da viabilidade de sua execução:

O Plano de Trabalho apresentado demonstra viabilidade de execução.

d) da verificação do cronograma de desembolso:

O desembolso de recursos será realizado em 12 parcelas, mensais e sucessivas, com início assim que for assinado o Termo de Colaboração, podendo, para atendimento das atividades iniciais, relativamente aos meses dos primeiros meses, serem pagas mais de uma parcela, na conveniência da administração municipal.

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:

A parceria será fiscalizada pela Comissão de Acompanhamento e serão avaliados em suma o desenvolvimento das atividades descritas no Plano de Trabalho, além dos indicadores de efetividade, evidenciados no PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Das análises, concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados são compatíveis com os preços de mercado; e o cronograma previsto na proposta é adequado e permite uma fiscalização efetiva.

Assim, posteriormente a emissão do parecer jurídico pertinente, bem como de todo trâmite necessário prescrito em lei, havendo as respectivas chancelas, autorizamos ao setor competente empreender todas as cautelas necessárias para a formalização do termo de colaboração, consoante as disposições expressas em lei.

Sendo o que nos reserva o momento, externamos os protestos de estima e consideração.

São Gonçalo, 11 de setembro de 2018.